

Credores só negociam após a Constituinte

BETH CATALDO

BRASÍLIA — Os bancos credores da dívida externa brasileira querem conhecer as regras do jogo econômico e político no País, a serem determinadas pela Assembléia Nacional Constituinte, antes de decidirem com o Governo brasileiro novas condições válidas para os débitos do Brasil junto às suas instituições.

Os interlocutores dos bancos privados com os quais a missão comandada pelo Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, teve contato nos Estados Unidos, deixaram claro que temem restrições da Constituinte ao capital estrangeiro, assim como maiores cargas de proteção ao capital nacional, o que teria repercussão direta nas normas para conversão da dívida em investimentos no País.

A força das propostas do Ministro Bresser na mesa de negociações com os bancos privados, o Governo ame-

ricano e mesmo o Fundo Monetário Internacional (FMI) dependerá, segundo essa fonte, do apoio que o Ministro for capaz de canalizar internamente, junto ao PMDB e à sociedade em geral. Os credores brasileiros, acrescentou a fonte, estão conscientes de que o momento político que o País atravessa é delicado e, por isso mesmo, preferem não arriscar concessões ou exigências concretas sobre a dívida externa sem conhecer o perfil definitivo da nova Constituição brasileira. Na dúvida, a opção dos credores é a de esperar.

Os credores mantêm, também, uma posição de expectativa em relação ao desempenho do Ministro Bresser Pereira no embate interno em torno de um acordo do Governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional.

O pagamento de uma parcela dos juros devidos pelo País aos bancos credores, como foi solicitado nos Estados Unidos, não está fora das cogi-

tações do Governo brasileiro, desde que o desembolso seja feito dentro de uma negociação mais ampla sobre a dívida, com a contrapartida de alguma concessão dos bancos nas negociações sobre o endividamento.

● **BRESSER** — O Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, afirmou, ontem, que “sente pena dos banqueiros internacionais que pensam que o Brasil deve primeiro obter um acordo formal com o FMI para depois resolver a renegociação da dívida”. Segundo ele, o Brasil não tem pressa para encontrar os termos para um acordo com os banqueiros privados e o Fundo está fora do processo de negociação, no atual momento.

— Vou ficar com pena dos banqueiros que pensam dessa forma, porque eles vão continuar a não receber nada, se ficarem com essa idéia. O Fundo é para depois e eu terei o apoio necessário, quando for fazer esse acordo. Com os banqueiros, só faremos um acordo que interesse ao Brasil: spread zero, garantia de financiamento pleno das nossas necessidades de caixa nos próximos dois anos e automaticidade na obtenção de refinanciamento dos juros.